

# CONJUNTURA TRANSFEMINISTA NOS ESTUDOS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE E REFLEXÕES ÉTICO-DISCURSIVAS SOBRE A PATOLOGIZAÇÃO DE GÊNERO

## TRANSFEMINIST CONJUNCTURE IN GENDER, RACE AND SEXUALITY STUDIES AND ETHICAL-DISCURSIVE REFLECTIONS ON GENDER PATHOLOGIZATION

Humberto Soares da Silva Lima **1**  
Rita de Cássia Souto Maior **2**

Doutorando e Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) e integrante do Grupo de Estudos Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/UFAL/Cnpq), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1745180914298410>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4557-8407>. E-mail: [letrasbeto@gmail.com](mailto:letrasbeto@gmail.com)

Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) e da Faculdade de Letras (FALE). Uma das líderes do Grupo de Estudos Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/UFAL/Cnpq), vinculado à Universidade de Federal de Alagoas (UFAL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1312070903160476>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2613-8863>. E-mail: [rita.soutomaior@fale.ufal.br](mailto:rita.soutomaior@fale.ufal.br)

**Resumo:** Entendendo a dinâmica da contemporaneidade sob o viés da pós-modernidade e a partir dos estudos transdisciplinares da Linguística Aplicada, a discussão que perpassa o texto tem como objetivo refletir sobre a conjuntura TRANSfeminista acerca dos estudos de gênero, raça e sexualidade, através da produção das cientistas TRANSfeministas, em contrapartida com o desvelamento, no campo da ética discursiva, assim como das implicações do processo de patologização das pessoas TRANS. Para tanto, dentro de uma abordagem qualitativa de pesquisa, de natureza sócio-histórica, as discussões aqui arroladas atravessam a concepção dos estudos de gênero e sexualidade, considerando a dialogicidade do discurso e o processo de alteridade como pontos de partida. Em conclusão, evidenciam-se que as perspectivas TRANSfeministas que estão em ascensão e galgando espaços, promovendo um conjunto de saberes e experiências, de modo que a resistência e a sobrevivência na luta por direitos estão em evidência. Demonstra-se também como é necessária uma postura de ação leitora de mundo para se instituir uma nova narrativa sobre as TRANSidentidades, de maneira a promover a convivência sem violência.

**Palavras-chave:** Dialogismo. Patologização de Gênero. Identidades. Perspectivas TRANSfeministas. Ética do discurso.

**Abstract:** Understanding the dynamics of contemporaneity from the perspective of postmodernity and from the transdisciplinary studies of Applied Linguistics, the discussion that runs through the text aims to reflect on the TRANSfeminist conjuncture about gender, race and sexuality studies, through the production of TRANSfeminist scientists, in contrast to the unveiling, in the field of discursive ethics, as well as the implications of the pathologization process of TRANS people. Therefore, within a qualitative research approach, of a socio-historical nature, the discussions listed here cross the conception of gender and sexuality studies, considering the dialogicity of the discourse and the process of otherness as starting points. In conclusion, it is evident that the TRANSfeminist perspectives that are on the rise and climbing spaces, promoting a set of knowledge and experiences, so that resistance and survival in the fight for rights are in evidence. It also demonstrates how a posture of world-reading action is necessary to establish a new narrative about TRANSIDENTITIES, in order to promote coexistence without violence.

**Keywords:** Dialogism. Gender Pathologization. Identities. TRANSfeminist Perspectives. Discourse Ethics.

## Considerações Iniciais

A emergência dos estudos de gênero, raça e sexualidade tem sido e está sendo recorrente nas pesquisas acadêmicas e nas discussões em diversos espaços sociais. Nesse sentido, apresentamos nossas reflexões reconhecendo que esse aprofundamento é necessário para possibilitar a construção de uma sociedade menos preconceituosa e violenta. Ainda, dadas as condições de grupos vistos como minoritários, como a comunidade de pessoas TRANS<sup>1</sup> e travestis, mulheres negras, pessoas com deficiência, nordestinos/as, bichas afeminadas, assumimos também ser imprescindível que essas pesquisas possam apresentar reflexões sobre os discursos que subjazem e constituem as práticas sociais, a fim de problematizar a conjuntura ético discursiva (SOUTO MAIOR, 2018) das relações sociais, visando, assim, a promoção de uma ação leitora de mundo (LIMA E SOUTO MAIOR, 2018; SOUTO MAIOR, 2020). A ação leitora considera a vivência no mundo como parte do processo de significação de si e das ações com as quais essa subjetividade se relaciona ao viver, ao sentir, ao agir e ao significar. Nesse sentido e numa perspectiva reflexiva, “a leitura é tradição e renovação; é reprodução e produção de ideias; é desvelamento e surgimento de outras compreensões” (SOUTO MAIOR, 2020, p. 105).

O caráter reflexivo que assumimos neste estudo está centrado nas discussões do campo da Linguística Aplicada, que, de acordo com Moita Lopes (2006, p. 85), é “um modo de construir a vida social ao tentar entendê-la”. Nessa perspectiva, concebemos as pesquisas imbricadas em seus contextos sociais (com sentidos, percepções e valores), constituídas pela linguagem como construção social e voltadas para os deslocamentos (ou desnaturalizações) de compreensões de mundo. Para isso, às vezes, o pesquisador em Linguística Aplicada revisa determinadas abordagens metodológicas de pesquisa, articulações de sentidos dentro de seu estudo, questionando, assim, o espaço social em que estão situados/as pesquisador/a, temáticas e a própria pesquisa, visando a promoção de uma ação leitora das subjetividades e das sociabilidades.

Assim, frente a questionamentos sobre contexto social, metodologias de pesquisa, construtos teóricos, compreendemos que a nova conjuntura TRANSfeminista está sendo uma realidade nas pesquisas acerca dos estudos de gênero, raça e sexualidade e que, inevitavelmente, os posicionamentos assumem lugares de fala como contrarresposta de experiências e vivências.

Partindo, portanto, dessas primeiras considerações, as discussões aqui propostas têm como objetivo refletir sobre a conjuntura TRANSfeminista, reafirmando o engajamento da Linguística Aplicada, a perspectiva dialógica da linguagem e os estudos identitários, com os quais dialogamos, como ponto de partida para as reflexões teórico-metodológicas. Fazemos alguns questionamentos, na busca de: a. construirmos inteligibilidades sobre os discursos que circundam as (re)significações das práticas e discursos que compõem a vivência TRANSfeminista; e b. descrevermos possíveis implicações do dizer sobre essas práticas sociais e discursos que não estão no circuito dos significados.

Numa perspectiva qualitativa de análise, situamo-nos na dimensão dos estudos das ciências humanas e sociais e entendemos a pesquisa, com Flick (2004, p. 17), não como um produto de representação singular, mas como “uma pluralização das esferas da vida”, e com Freitas (2002, p. 24), consideramos o sujeito como “ser expressivo e falante”.

Nesse sentido, em relação à pluralização das esferas da vida e ao enfoque nas ciências humanas, fazemos, nas seguintes subseções, algumas considerações sobre as pesquisas em Linguística Aplicada, para em seguida discorrermos sobre o dialogismo, as noções de sentido ético-discursivo e ação leitora de mundo, a noção de alteridade e sobre as perspectivas identitárias de nosso estudo. O desenvolvimento dessas discussões se relaciona com possíveis implicações dos conhecimentos TRANSfeministas, os estudos de gênero, raça e sexualidade. Por fim, apresentamos antes da conclusão uma subseção que consideramos dar o enlace na nossa proposta, denominada: Por que pensar em um constante processo de despatologização das TRANSidentidades?

<sup>1</sup> Marcamos o uso das letras maiúsculas em algumas palavras como proposta política discursiva de destaque das identidades que estão em processo de (des)construção, demarcando acima de tudo que são TRANSidentidades do emergente e do insurgente nos estudos de gênero e sexualidade.

## Considerações Teórico-metodológicas acerca das Pesquisas em Linguística Aplicada

Ancorados/as na área de estudos transdisciplinar da Linguística Aplicada, a qual entende e concebe o “sujeito em face das metamorfoses” e “em processo constante de construção” (FABRÍCIO, 2006, p. 46), com as reflexões desta pesquisa, nos associamos à “agenda política da linguística aplicada no campo da desnaturalização” (MOITA LOPES, 2006), cujos saberes dialogam com outras áreas do conhecimento em um processo de simultaneidade entre os conhecimentos das ciências sociais.

Nesse sentido, a pesquisa que desenvolvemos neste artigo “procura problematizar ou criar inteligibilidades sobre os problemas, de modo que alternativas nos usos das linguagens possam ser vislumbradas” (MOITA LOPES, 2006, p. 20). Para isso, não nos prendemos teoricamente a um determinado dispositivo analítico-teórico único, mas dialogamos com algumas das áreas do conhecimento, numa busca interpretativa do que está ocorrendo nas relações sociais, intermediadas pela linguagem.

A LA, como campo de estudos epistemológicos cujo impacto atinge diversas representações sociais e práticas interacionais, como campos de estudo da linguagem, adota que essas relações sociais se estruturam a partir das manifestações existentes em fenômenos das práticas sociais, passíveis de serem estudadas, descritas e interpretadas<sup>2</sup>. Nesse sentido a linguagem é realizada como prática social, partindo da concepção de que é através do meio social que ela se constitui com os seus sujeitos em processo de troca e contato.

Para Moita Lopes (2009), “o sujeito social tradicionalmente definido como homogêneo foi re-descrito em termos de sua natureza fragmentada, processual, discursiva e performativa”. Em outras palavras e de acordo com esse autor, não parece mais haver sentido pesquisas em que os sujeitos são “descorporificados” ou “apagados” da sua história, classe social gênero e desejo. Nesse sentido é que buscamos estabelecer as relações entre os sentidos sobre o sujeito, que é situado, sobre suas práticas, que são culturalmente ratificadas ou não, e sobre o discurso, que, numa perspectiva dialógica (BAKHTIN, 2003), é entendido numa cadeia discursiva.

Em relação ainda ao sujeito social, Moita Lopes (2009) defende que as pesquisas em LA assumem

Novas formas de pesquisa (tanto teóricas como metodológicas) são, portanto, necessárias. É crucial abrir a pesquisa para vozes alternativas de modo que seja possível revigorar a vida social ou construí-la por meio de outras narrativas, aquelas normalmente apagadas no decorrer da modernidade, como as dos pobres, mulheres, indígenas, negros, homossexuais etc. (MOITA LOPES, 2009, p. 37).

Nessa visão epistemológica, o autor compreende que as pesquisas oriundas da LA têm como principal objetivo a construir e promover discursos “vozes” acerca das inteligibilidades que cercam os sujeitos. Afinal de contas, as alternativas existentes no meio social são tão diversas quanto necessárias de serem problematizadas em pesquisas que evidenciam posicionamentos de sujeitos marginalizados. Entendemos, a partir disso, que quanto mais desvelarmos esses discursos das esferas sociais (aqui do campo científico), poderemos promover outras narrativas sobre as identidades, sobre o estar no mundo no campo da ética do discurso.

Assim, como consequência de novas pesquisas que evidenciam sujeitos da modernidade, as pesquisas em LA, numa perspectiva interpretativa, trazem à tona as vivências, experiências, constituições identitárias, discursos e realidades de colaboradores/as que não tinham espaço nas pesquisas tradicionais.

Frente à compreensão do social em que os sujeitos estão inseridos, a partir da abordagem qualitativa, compreendida como “um estudo das relações sociais que se deve ao fato

<sup>2</sup> Mediante os impactos das pesquisas nos diversos campos epistemológicos, seja na educação e nas ciências sociais, seja na psicologia e nas ciências humanas, essas proporcionam discussões acerca das subjetividades dos sujeitos, cuja representação ganha evidências nas propostas de pesquisa na LA.

da pluralização das ideias da vida” (FLICK, 2004, p. 17), a pesquisa centra-se num olhar social acerca dos fenômenos existentes na e pela linguagem, compreendendo as dinâmicas de sentido nas relações humanas. Seguindo essa perspectiva de abordagem, Flick (2004) explica que

A pesquisa qualitativa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado. Várias abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discussões e a prática da pesquisa. Os pontos de vista subjetivos são um primeiro ponto de partida. Uma segunda corrente de pesquisa estuda a elaboração e curso das interações, ao passo que uma terceira busca reconstruir as estruturas do campo social e o significado latente das práticas [...] (FLICK, 2004, p. 22).

De acordo com o autor, à abordagem qualitativa cabem compreensões subjetivas dos sujeitos, de maneira que o desenvolvimento da abordagem não se prende necessariamente em um conceito teórico e metodológico, mas em vários conceitos e várias perspectivas. Os métodos e as abordagens combinam com discussões que visam à prática da pesquisa, ou seja, a construção teórico-metodológica na abordagem qualitativa está interligada no processo contínuo da realizada da pesquisa.

A subjetividade é, dessa forma, marcada como um dos pontos principais da abordagem qualitativa, pois compreende que todo sujeito é um ser com inúmeras (in)compreensões e demandas diversas, sendo único em sua totalidade. Nesse sentido, a (re)construção das práticas sociais ligadas ao sujeito são marcadas pelo curso das interações, visto que é através das interações que se manifestam os saberes e os posicionamentos epistemológicos.

Acrescentamos às características arroladas até aqui a natureza sócio-histórica (FREITAS, 2006) do estudo que desenvolvemos. Dentro dessa perspectiva, temos a possibilidade de lançar uma visão humana acerca da construção do conhecimento, criando espaços que não só aqueles limitados pela suposta “objetividade” (FREITAS, 2003, p. 26).

Desse modo, com nossa pesquisa buscamos criar inteligibilidades outras visando a construção de “verdades contingentes”, no sentido de (re)significar práticas e discursos considerados/as à margem, no campo da ética discursiva. Ratificar, por conseguinte, as práticas sociais e os discursos que estão à margem do contexto social ou de vulnerabilidade é uma construção marcadamente que se propõe a agenda política e social da LA. Adiante iniciamos algumas reflexões mais específicas sobre o tema Gênero e Sexualidade.

## **Estudos de Gênero e Sexualidade**

Discutir gênero é nos situarmos em espaços de lutas marcados por diversos interesses e, nesse sentido, é mister compreendermos que o gênero é “desde sempre cultura” (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 575). Segundo Bento e Pelúcio (2012, p. 575),

Nas últimas décadas, essa disputa interna e externa do gênero ao mundo acadêmico ficou explicitada. Cientistas sociais, historiadoras/es, filósofas/os e alguns setores do ativismo LGBTTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos) vêm produzindo discursos contra-hegemônicos ao poder/saber da biomedicina (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 575).

Partimos da consideração de que os discursos produzidos por essas/es cientistas, conforme exposto na citação acima, remontam a uma postura pós-moderna em relação às discussões sobre os estudos de gênero, tendo como ponto de partida as considerações marcadamente pelo ativismo de Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, queer, intersexuais, assexuados e várias outras representações identitárias.(LGBTQIA+).

Desse modo, entendemos que as considerações/narrativas produzidas pelo próprio movimento que produz inteligibilidades e relações sobre as suas próprias vivências quanto às

suas demandas sociais e políticas, proporciona-nos a compreensão da tríade gênero, raça e sexualidade que, sem dúvida, é um comportamento de compreensão de sentidos voltado para dentro, ou seja, um movimento que consiste nos discursos próprios daqueles/as que vivem/sofrem as experiências contemporâneas. Esse movimento ocorre numa dimensão ético-discursiva de compreensão concreta das implicações do dizer sobre as ações do mundo. Cada sujeito, com suas histórias de vida e compreensões de mundo, construídas pela/na coletividade, vivencia campos de ação e lugares identitários onde estão mais ou menos confortáveis, que, por sua vez, demandam sua ação leitora sobre o mundo. Essa ação pode proporcionar possíveis revisões e deslocamentos desse “estado processual” de estar no mundo; e essa compreensão de mundo resultante da ação leitora pode promover a reelaboração do entendimento de si e da própria subjetividade. Conforme Souto Maior (2020, p. 106), a ação leitora “é um estado de atividade processual na apreensão de um determinado significado que é de constituição sempre lacunar a ser complementado com cada leitura empreendida por este sujeito no mundo”.

Bento e Pelúcio (2012), em um processo de (des)construção dos estudos de gênero, mais precisamente em um movimento de (des)encontro quanto ao entendimento nesses estudos, afirmam que “as performances de gênero, a sexualidade e a subjetividade são níveis constitutivos da identidade do sujeito” (BENTO, PELÚCIO; 2012, p. 571). Em outras palavras, as construções de gênero, raça e sexualidade passam pelo processo da subjetividade (individualidade) do sujeito, concebendo-o não como um ser isolado no meio social, mas como um conjunto de possibilidades e de manifestações a serem expressas e adquiridas.

Diante dessas afirmações e desses posicionamentos, é importante destacarmos que a categoria “gênero”, de acordo com Scott (1995), só começou a emergir nos estudos acadêmico-científicos, no fim do século XX, pois as abordagens formuladas, por exemplo, do século XVIII ao início do século XX, relatavam questões análogas ao masculino vs. feminino. Por esse entendimento, ainda segundo Scott (1995, p. 85), o gênero reivindicava um terreno de definição, isto é, as diferenças expressas entre o masculino e o feminino eram questões de discussão a serem debatidas, enfatizando as demandas dos gêneros por um viés menos científico e mais humano.

Para Scott (1995), o gênero é

Um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é [o gênero] uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder [...] (SCOTT, 1995, p. 86).

Sendo assim, as configurações que expressam o gênero estão relacionadas, por um lado, às relações de poder – como estruturas marcantes que comportam os corpos expressos no contexto social – e, por outro lado, às diferenças que consistem nas estruturas dos corpos, não como expressões da construção do binarismo – homem vs. mulher, mas como estruturas que representam organizações das relações sociais. O entendimento se plurifica no campo da ética do discurso se reverberando também na corporificação desses sentidos.

Vale destacarmos também que as representações de poder, mencionadas por Scott (1995), podem ser entendidas, a partir da compreensão dada à categoria gênero, como um conjunto de ações que facilitam o entendimento dos gêneros expressos na sociedade, entendendo-os, acima de tudo, como problematizações e conceitos diferentes do sexo. Jesus (2014), nesse sentido, defende o argumento de que as localizações que expressam os gêneros estão inseridas em um lugar de subordinação morfológica do gênero, ou seja, a autora entende que o gênero é uma construção psicossocial ao passo que o sexo é um entendimento biológico. A apreensão desses sentidos é para nós dimensões de uma ética do discurso que é social e que precisa ser problematizada.

Entendemos que variação existente entre o gênero e o sexo é constante nas discussões de teóricos/as – aproximando ou distanciando –, mas compreendemos também que é

importante traçarmos uma linha de entendimento acerca delas para, assim, fazermos esse movimento de observação e inteligibilidade sobre as implicações sociais dessas ações leitoras de mundo.

Butler (2015) advoga que o gênero é uma expressão social e cultural, assim como o sexo o é, tendo como ponto de partida as relações circundantes entre eles. A compreensão de sexo, para a filósofa norte-americana, é a de que “é uma história que fica ocultada pela figura do lugar ou da superfície de inscrição” (BUTLER, 2015, p. 157), de modo que os lugares nos quais o sexo se insere, como lugar ou superfície, são construções do natural pelo social.

O gênero, portanto, para Butler:

Emerge não como um termo em uma permanente relação de oposição ao sexo, mas como um termo que absorve e desloca o “sexo”, a marca da sua substanciação plena no gênero ou aquilo que, do ponto de vista materialista, pode construir uma plena dessubstanciação (BUTLER, 2015, p. 158).

Em outras palavras, Butler (2015) defende a ideia de que gênero e sexo estão imbricados numa relação única, cuja aproximação e distanciamento se estabelecem justamente através da construção social, entendendo essa construção como um processo materialista dos comportamentos dos corpos e, conseqüentemente, das identidades. Além disso, a construção do gênero, por não se opor à ideia do sexo, permanece em meio ao conjunto de entendimentos e possibilidades, pois não é considerado fixo nem substanciável, mas “dessubstanciável”.

A partir do ponto de vista da dessubstanciabilidade, na qual o gênero se encontra, fica evidente que inúmeras possibilidades são previstas para a expressão do gênero entendendo a expressão, ou a ação leitora de mundo, como uma forma de resistência e luta numa dimensão ética-discursiva.

Desse modo, concebemos que as formas de resistência e de luta, através da expressão do gênero<sup>3</sup>, estão/são representadas de múltiplas maneiras: os corpos de travestis nas ruas, a presença de pessoas TRANS (homens e mulheres) em todos os espaços sociais, o entendimento das pessoas intersexuais em vários espaços, a elaboração de ideias sobre as identidades das pessoas não-binárias, a construção das identidades dos homossexuais, das gays, das bichas, das afeminadas, das viadas, das “meninas” e, por último, mas não esgotando as expressões nominais das tensões ético-discursivas possíveis, a construção das lésbicas, das sapatonas, das caminhoneiras, das masculinizadas e etc.

Logo, à medida que falamos sobre a política da dessubstanciabilidade, de acordo com as ideias butlerianas, pensamos sobre as constantes (trans)formações pelas quais os corpos passam, seja no contexto social, seja no contexto histórico. Quando o processo de dessubstanciabilidade é entendido como um conjunto de referências aos variados níveis de expressão e de identidade de gênero, num espaço da ética discursiva, concebemos que os corpos estão tomando várias formas e vários entendimentos no contexto da sociedade, vivendo pluralidades possíveis.

Por esse entendimento, Colling (2018) assevera que as construções sociais que se enquadram o gênero são representativas sobretudo no contexto da sociedade em meio à “diversidade de gênero” (COLLING, 2018, p. 32). Em outras palavras, o autor defende a ideia de que a diversidade de gênero é garantida no contexto social, assumindo critérios que evidenciam a diversidade de gênero e de raça, pois as expressões humanas são garantidas através de diversas maneiras, assim como as “identidades múltiplas se proliferam na pós-modernidade” (HALL, 2006). E sobre os estudos dessa diversidade, Hall (2003, p. 320) ainda considera que

<sup>3</sup> Utilizamos várias expressões como formas de representação e identificação dos gêneros e dos sexos. Não nos apoiamos aqui em uma única forma de representação, mas sim milhares de possibilidades quantas às identidades de gênero e sexuais.

Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao *Mainstream* nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de letras em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural.

Destacamos que Colling (2018), quanto às possibilidades de gênero e de sexo, argumenta que as diversas representações das pessoas podem ser expressas pelas construções identitárias<sup>4</sup> que quiser. O autor ainda destaca os processos de (re)significação dos gêneros e das sexualidades, colocando em pauta as realidades de pessoas que vivenciam as dinâmicas e expressividades postas à maneira da cisgeneridade<sup>5</sup>.

Desse modo, de acordo com a exposição da discussão acerca das inteligibilidades do gênero, do sexo e da raça, e dos estudos que se debruçam sobre essas inteligibilidades, compreendemos que não haja apenas uma única forma de expressão do gênero e das sexualidades, mas sim inúmeras possibilidades que garantem, no campo da dimensão da ética discursiva e das ações leitoras de mundo, a construção das constituições identitárias. Nesse sentido, como asseveram Silva Lima e Souto Maior (2020, p. 643), o sujeito, ao final,

é resultado de um processo discursivo, portanto, não há um sujeito: homem ou mulher, heterossexual ou homossexual, transcendental, originário, autônomo e centrado. Homens e mulheres, heterossexuais ou homossexuais são constituídos a partir de composições discursivas que agenciam adiamentos, diferimentos, que abram espaço para a contingência, as multiplicidades, os devires.

Com isso, a discussão o dialogismo, o processo de alteridade e as perspectivas identitárias serão abordadas na seção seguinte deste artigo.

## Dialogismo, Alteridade e Perspectivas Identitárias

Defendendo a natureza social e não individual da linguagem, Bakhtin (2003) situa a realidade material – a língua – assim como a realidade dos sujeitos, que a vivenciam, através de um contexto sócio-histórico. A partir dessa perspectiva, para Bakhtin, a linguagem é um acontecimento social das práticas do cotidiano e das práticas culturais mais elaboradas, que envolvem a experiência do relacionamento entre os sujeitos, importante para a realização do momento da interação verbal. Essa experiência compartilhada, portanto, é parte integrante para o sentido do dialogismo.

Antes de adentrarmos especificamente no dialogismo, reconhecemos que o contexto sócio-histórico no qual se inserem as atividades de interação, realizadas pelos sujeitos, compreende a natureza social da linguagem e se manifesta através de várias formas de realizações. Assim, ele, o contexto sócio-histórico, pode ser entendido como fator importante que se soma à realização da linguagem entre e para os sujeitos (SILVA LIMA; SOUTO MAIOR, 2020).

O princípio que rege a interação entre os sujeitos, para o autor russo, é o dialogismo, havendo um conjunto de fatores que contribuem para a construção da interação, de maneira que se evidencia a linguagem como natureza necessariamente dialógica. Então, nesse sentido, é importante destacar que para a realização da linguagem entre os sujeitos, imersos no processo de interação verbal, faz-se fundamental a compreensão do dialogismo bakhtiniano, como um princípio norteador para a realização da linguagem.

4 A partir das discussões de Hall (2006) e Luz e Souto Maior (2018), utilizamos a categoria como um conjunto de representações acerca das múltiplas identidades que emergem do sujeito no contexto contemporâneo.

5 Conceito problematizado e debatido por Vergueiro (2015) e Jesus (2014) como proposta de questionar as inverdades postas pelo “cistema” (alusão/junção ao sistema com a cisgeneridade) para a população que desvia ou não se enquadra na norma.

Logo, o significado de diálogo em Bakhtin (2003), como princípio geral da linguagem, compreende a interação individual e coletiva, ou seja, é concebível pelo autor tanto o entendimento que o sujeito faz a respeito da sua compreensão sobre uma determinada leitura, texto ou palavra, por exemplo; como a compreensão global da interação verbal que é realizada em um ato coletivo: entre sujeitos. Diante desses processos de interação, há a presença marcada da alteridade, como ação imprescindível de referência e compreensão entre os sujeitos no momento da interação. Segundo Marchezan (2010, p. 117),

O enunciado de um sujeito apresenta-se de maneira acabada permitindo/provocando, como resposta, o enunciado do outro; a réplica, no entanto, é apenas relativamente acabada, parte que é de uma temporalidade mais extensa, de um diálogo social mais amplo e dinâmico.

Para a autora supracitada, o enunciado provoca no outro a réplica e esta, por sua vez, também é inacabada. Esse movimento é característico da alteridade. Para Bakhtin (2003), a alteridade é configurada na relação entre “eu para mim”, “eu para o outro” e “o outro para mim”, entendendo essas dimensões como um conjunto de ações que agem no momento da interação, de modo que as relações construídas nessa interação são perpassadas por mecanismos linguísticos da linguagem. Além disso, para o autor, a alteridade é uma forma de constituição do sujeito, cujo sentido é entendido como inacabado e incompleto.

O movimento da alteridade, que é construído/constituído no momento da interação, é uma ação destinada a qualquer esfera da atividade humana, pois o movimento existente entre o “eu” e o “outro” ou entre os “outros” e os “eus” pode ser concebido mediante às várias expressões da linguagem. Sob essa ótica, compreendemos que as posições dos sujeitos assumidas na interação verbal são condicionadas aos momentos do uso da linguagem e se constituem como ações leitoras de mundo, como já explicitamos.

Diante desse contexto de alteridade, o dialogismo acontece como propulsor de sentidos e de estar no mundo.

Sendo assim, concebemos as perspectivas identitárias como deslocamentos de sentidos sobre ser e estar no mundo, possíveis de serem construídas e constituídas a partir do momento da interação verbal. Para tanto e quanto à construção das identidades na contemporaneidade, resgatamos a contribuição de Hall (2006), quando esse diz que

as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou “puras” (HALL, 2006, p. 87, grifo do autor).

Desse modo, entendemos que as identidades, por não serem estáticas ou estanques, estão imbricadas ao movimento de fluidez e de inacabamento, tendo como ponto de partida as possibilidades de construção individual do sujeito, que é composto por uma infinidade de constituições identitárias<sup>6</sup>.

Moita Lopes (2002), por seu turno, defende que as identidades são fragmentadas e que, portanto, estão em processo de construção e adaptação de novos contextos que se manifestam a linguagem, possibilitando um território de multiplicidade, de dinamismo e de contradição.

Fabrcio (2002), seguindo a compreensão identitária de Moita Lopes (2002), expõe a construção de identidades como uma relação de significados e de novas apropriações a serem questionadas. A primeira autora, em relação aos questionamentos que cercam as identidades, também argumenta que as dinâmicas existentes nas relações construídas pelos sujeitos são moldadas pelo universo das identidades, privilegiando, assim, não somente um processo de

<sup>6</sup> As constituições identitárias são abordadas na dissertação de mestrado, de Silva Lima (2020), em *As constituições identitárias da TRANSmasculinidade de um professor de escola pública de Maceió-AL: um estudo interpretativo (PPGLL/UFAL)*, no qual mobiliza dentre várias categorias a categoria da constituição identitária em relação aos discursos oriundos de um professor transexual.



construção de identidades, mas vários processos, pois o sujeito é composto por múltiplas expressões de identidades (FABRÍCIO, 2002).

Luz e Souto Maior (2018, p. 285), na mesma linha de pensamento pós-moderno, concebem as construções identitárias “não como fixas, mas como celebrações móveis”, visto que são transformadas continuamente em relação às interpelações que sofremos do sistema cultural. Além do mais, as autoras argumentam que as transformações no contexto identitário são oriundas sobretudo na contemporaneidade, levando em consideração que na sociedade globalizada as identidades apresentam constantes questionamentos (LUZ; SOUTO MAIOR, 2018, p. 285-286). São esses questionamentos que sugerem as inquietações e reconduções de sentidos, proporcionados pelas interações discursivas. A construção identitária poderá por um lado se encontrar “bem acomodada” em determinada nomeação de mundo (ser gay, ser sapatona etc.), por outro pode se encontrar num fluxo de construção ou numa inquietação própria do movimento de reflexão do sujeito sobre si mesmo.

Eckert-Hoff (2008), ainda na perspectiva das identidades, fundamenta o argumento sobre as “identidades camaleônicas”, de modo a direcionar a relação humana para a construção das identidades como um processo de mudança e de constante (trans)formação. A autora, nesse entendimento, defende ainda que a identidade camaleônica está centrada na incompletude, pois o sujeito “detém do dizer, emergindo traços, fragmentos de um outro sujeito cindido” (ECKERT-HOFF, 2008, p. 134). Segundo Silva Lima e Souto Maior (2020, p. 643), não

existe um sujeito, homem e mulher, heterossexual e homossexual originário e pré-discursivo, pois cada discurso instala o sujeito em certa posição, certo lugar e que, a partir disso, a cada discurso em embate perpétuo e fluidez, corresponde a uma matriz de posição de sujeito móvel.

A partir dessas reflexões sobre a dimensão dialógica dos discursos, a construção, as mudanças e (trans)formações das identidades, as quais apresentamos até agora, passemos para a próxima seção, que explicitará argumentos sobre o campo das identidades de pessoas transexuais, relacionando-o com a ideia da despatologização.

## **Implicações dos Conhecimentos TRANSfeministas**

De acordo com Jesus e Alves (2012), o movimento social composto pela população transgênera tem se tornado cada vez mais visível na contemporaneidade, pelo menos nas manifestações públicas. As autoras, por um lado, frisam a importância e relevância do ativismo nas redes virtuais, de modo que o acúmulo de debate proporciona a construção de novos olhares para as teorias transfeministas, e, por outro lado, argumentam que são saberes e conjunturas específicas de homens e mulheres transgêneros e transgêneras que vivenciam/entendem a práxis das identidades TRANS e travestis.

Desse modo, as teóricas transfeministas procuram desenvolver inteligibilidades sobre os corpos trans e travestis, promovendo relações discursivas que dialoguem com a vida dessa população. Além disso, associadas às ideias pós-estruturalistas, as demandas de gênero, raça e sexualidade estão sendo construídas/constituídas através das implicações das perspectivas TRANS, gerando conseqüentemente novas construções e percepções teórico-metodológicas.

Bagagli (2016), quanto às perspectivas das identidades trans, reforça em relação ao transfeminismo que

pensar, portanto, o transfeminismo como movimento feminista capaz de compreender a diferença trans no sexual, no sexo, na sexualidade, ou simplesmente no gênero para além da patologia através da crítica ao cissexismo, cisnormatividade ou cisgenetidade compulsória. Assinalamos a importância do movimento transfeminista para a emergência desses novos conceitos (BAGAGLI, 2016, p. 89).

Em se tratando do posicionamento da transfeminista, Bagagli (2016) diz que é possível entender que o transfeminismo como um movimento feminista que concebe os corpos e as identidades trans e travestis como necessárias/os para a construção do pensamento fora do processo de patologização, ou seja, não ligado à doença ou algum distúrbio de gênero. A autora ainda mobiliza algumas categorias que foram (re)significadas nos estudos de gênero e de sexualidade, tais como: cissexismo – cisnormatividade ou cisgeneridade compulsórias, as quais serão detalhadas, em seguida, para melhor entendimento.

As categorias supracitadas são construídas a partir do pensamento hegemônico pelos quais são concebidos os gêneros. Em Alves (2011), o conceito de cissexismo consiste na noção de que só há dois gêneros binários: masculino e feminino, e que, portanto, as pessoas devem estar obrigatoriamente alinhadas a um desses dois gêneros ou, mais precisamente, ao gênero designado ao nascimento. Em Vergueiro (2015), o conceito de cisgeneridade compulsória diz respeito a “experiência interna ou individual do gênero”, em que há uma correspondência do sexo atribuído ao nascimento e, por fim, a cisnormatividade, ainda de acordo com Vergueiro (2015), é entendida como uma “construção discursiva de traços constituintes como gêneros naturais, normais, verdadeiros e ideais”.

Os posicionamentos acerca das categorias – cissexismo, cisnormatividade ou cisgeneridade compulsórias – dizem respeito, portanto, ao comportamento tradicional de ler os gêneros, visto que são discursos ou argumentos arraigados no coletivo social, frente à ideia da patologização, como questionada na seção seguinte deste artigo, dos corpos que divergem dessa estrutura normativa. Ler um gênero de outra forma, dentro de uma perspectiva que reflete e refrata os sentidos, numa dimensão ética discursiva, é promover uma ação leitora de mundo. Os espaços sociais devem estimular debates para a desnaturalização de sentidos, numa perspectiva dos estudos da Linguística Aplicada, e ainda para promover ações leitoras de mundos, desmistificando a homogenização de significados<sup>7</sup>.

Ainda em relação à problematização do conceito de cisgeneridade, Silva (2019) argumenta que a cisgeneridade “é pensada enquanto ponto de partida das experiências de gênero, donde as demais vivências não-cisgêneras se desviam”. Dito isso, é importante refletir que as subversões produzidas pelas teóricas transfeministas vão contra ao pensamento hegemônico conversador, levando em consideração aqui o que chamamos de pensamento hegemônico conservador, os discursos cisnormativos que ferem e agridem as manifestações de gênero que não se enquadram à norma.

Silva (2019), partindo de considerações de Vergueiro (2015), questiona as “miradas cisnormativas”, as quais são entendidas como “arquétipos obsoletos e obstado direitos da população trans, sobretudo no tocante ao debate da saúde integral”. Sendo assim, a subjetivação das identidades trans e travestis é construída a partir das miradas cisnormativas, enquanto discursos de patologização e decolonização dessas identidades.

Frente as identidades trans e travestis, alguns nomes como Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara, Helena Vieira, Letícia Lanz, Viviane Vergueiro, Hailey Alves, Aline Freitas, Yuna Silva e dentre outras, são significativos no debate sobre transfeminismo e as produções de inteligibilidades das experiências trans. Esses nomes são de pesquisadoras e ativistas transfeministas que se comprometem a discutir e problematizar inúmeras questões relacionadas às práticas pessoais e humanas de pessoas que lutam por visibilidade e existência.

Jesus (2010), em relação à existência dos corpos trans de mulheres e de homens, reforça que a palavra-chave dessas pessoas é

Dignidade. Essa palavra é um direito continuamente negado a mulheres e homens transexuais pelo poder público, um dos vários representantes de uma sociedade excludente, na qual não se espera que as pessoas sejam o que são, mas sejam o que se espera delas. Apesar dos óbices, as pessoas às quais se refere esta discussão lutam dignamente, no seu cotidiano e na pluralidade de realidades que vivenciam, para serem tratadas

7 Entendemos que as escolas são espaços que podem potencializar esses olhares múltiplos de mundo.

com o mínimo de respeito por serem como são, apesar de toda a adversidade psicossocial ou física, que esse posicionamento corajoso possa acarretar (JESUS, 2010, p. 8).

Dignidade é enfatizada por Jesus (2010), assim como tantas outras palavras são construídas por outras transfeministas, porém se faz importante frisar que a dignidade é tão necessária quanto o direito à vida, por mais que as ideias e as manifestações de gênero sejam diferentes, mas todo e qualquer ser humano poderia ter o direito à dignidade. Oliveira (2017), pautada pelas considerações foucaultianas, resgata a palavra resistências: símbolo marcado pelas lutas e pelas conquistas oriundas da população trans, entendendo que as resistências são formas constantes de sobrevivência em meio ao pensamento hegemônico. Nesse sentido, o movimento ético-discursivo de uma ação leitora sobre o mundo da opressão e da marginalização é fundamental. A seguir, trataremos do tema de patologização, com algumas inquietações sobre sua formulação no campo discursivo médico da psi.

### **Por que pensar em um constante processo de DESPATOLOGIZAÇÃO das TRANSidentidades?**

Antes de pensarmos no processo de despatologização das TRANSidentidades<sup>8</sup>, é importante primeiro construirmos argumentos sobre o que levou a esse processo, portanto é evidente problematizar a patologização, ou ainda observamos como o discurso da patologização é gerado na dimensão da ética dos discursos, onde os sentidos são processualmente (des) instituídos. Como dissemos no início, nosso objetivo maior se desdobra, ao longo do trabalho, em alguns questionamentos mais amplos, como: a. quais discursos circundam a vivência TRANSfeminista? b. Quais são as possíveis implicações desses dizeres sobre o mundo?

Entendemos a dimensão da ética discursiva como espaço no qual os sentidos de mundo são compartilhados e negociados nas práticas sociais do cotidiano e naquelas mais formalizantes, como as que ocorrem nos campos da legislação, do das ciências, das artes, e em seus vários desdobramentos e sobreposições (SOUTO MAIOR, 2018; 2020). Nessa linha de argumentação, podemos entender ainda que há especificidades de cada um desses campos. No campo das ciências, mais especificamente das nomeadas no campo da psi, há discursos que compõem o sentido de patologização ou no entendimento da identidade TRNAS como um adoecimento. Para essa discussão, recorreremos a autoras que questionam esse processo de patologização das identidades que se expressam de maneiras que parecem se desviar da norma, a saber: Bagagli (2016), Bento (2006, 2008), Bento e Pelúcio (2012), Jesus (2010, 2014) e Jesus e Alves (2012).

Começamos primeiramente a questionar a ideia de que as expressões de gênero e de sexualidade são consideradas como doença, a partir de campos ético-discursivos variados, como: Por que e como há a necessidade de pensarmos que pessoas TRANS são portadoras de doenças simplesmente pelo fato de não pertencerem ao conjunto do “cistema”? Como são pensadas, por exemplo, as TRANSidentidades pelos órgãos reguladores dos sistemas de saúde e prevenção? Acreditamos, portanto, que essas sejam as questões que nortearão, mais focalizadamente, a discussão desta seção, de maneira que os discursos e os posicionamentos assumidos como regime de verdade são se esgotam por aqui, nem muito menos são considerados como verdadeiros pela “ciência psi” (BENTO; 2006, 2008).

A fim de tentar responder às questões supracitadas, começamos explicando que as ciências psi (psicanálise, psiquiatria e psicologia), pautadas pela concepção de diagnóstico de “transexualismo”, consideram (ou consideraram em alguns momentos históricos) que pessoas transexuais são entendidas pelo Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais (DSM-4), da Associação Psiquiátrica Americana (APA) e o Código Internacional de Doenças (CID-10), da Organização Mundial de Saúde como pessoas portadoras de Distúrbios de Identi-

<sup>8</sup> Categoria que será desenvolvida ao longo do texto, como um conjunto de identidades e expressões de gênero das pessoas transgêneras ou travestis.

dade de Gênero, Transtorno de Gênero ou Transtorno Mental. Esses sentidos e ações leitoras situados em tempos também situados e datados geraram, e ainda geram, determinados significados e narrativas de mundo que se reproduzem incontestavelmente e até “naturalmente”. A língua, como discurso, se encontra impregnada de sentidos que compõem desde a própria estrutura morfológica de uma palavra até as relações pragmáticas de uso da língua.

Por exemplo, é evidente que o uso do sufixo *-ismo* implica em um caráter de patologia (doença) e que, conseqüentemente, por se tratar de identidade de pessoas, essa implementação linguística acarreta, no campo discursivo, em um processo patologização de vida e, conseqüentemente, de exclusão social. Assim, três documentos (DSM-4, CID-10 e SOC) instituem as pessoas transexuais como “portadoras” de um conjunto de indicadores comuns, atestado na estrutura da língua pelo sufixo *ismo*, que as posicionam como transtornadas.

Segundo Bagagli (2016, p. 93), “a patologia é um produto nessa relação do que ficou de fora (como resto) da transcendência que é então objetivável por esse sujeito de conhecimento”. Diante disso, reconhecemos que, por se tratar de transidentidades que constroem conhecimento, e que, portanto, transcendem questões do corpo-objeto, o produto é representado fundamentalmente como aquele/a que está fora, desviante, anormal, sobra.

Toda construção de identidades em assonância ou dissonância em relação ao discurso de anormalidade carrega marcas desse sentido, em tom de opressão, de subversão, ou mesmo de contraposição. Os sentidos podem ser diversos, mas as conseqüências expressam a opressão de sentidos no campo da ética do discurso. Funciona como “um sentido que estará sempre lá”, um palimpsesto reutilizado de sentido anterior que não se apaga por mais que raspemos um pergaminho para reescrevermos por cima. É preciso que pensemos na implicação discursiva desses sentidos nas vidas dessas pessoas, na construção de suas identidades e nos laços interacionais.

Bento (2006, 2008), diante da defesa dos documentos que oprimem e marcam vidas trans como disfunção, diz que a realização de exames clínicos não faz nenhum sentido objetivo para a transexualidade e que, associado a essa realização, o saber médico não justifica os “transtornos” por nenhuma disfunção biológica.

Como aponta Bento (2008, 119), “o que assusta é perceber que tão pouco saber, dito científico, gerou tanto poder”. Parece-nos interessante partir dessa reflexão para entender o mecanismo dialógico das interações sociais na dimensão ética em que ele gera implicações:

A quem interessa a patologização de uma comunidade que requer espaço identitário válido? A quem esse registro que patologiza responde? A sufixação que carrega um mar de sentidos sociais e que se torna marca não desejada por determinadas famílias, por certos sujeitos, a ponto de provocar sofrimento profundo no processo de ser no mundo, é mais que sentido na área das ciências, é sentido na vida. A potencialização da dor pelo discurso da doença ou o uso da doença como explicação da dor de familiares provoca uma necessidade ética de discussão nas pesquisas, análise de situações e conclamação de mudanças. É preciso assumir uma ação leitora de mundo nas pesquisas, nas escolas, na vida.

Como um processo de distorcer e subverter o saber médico, entendemos como fundamental a discussão sobre a despatologização das transidentidades, ou seja, não há argumento plausível para que as identidades trans (masculinas e femininas) sejam indicadas como portadoras de quaisquer distúrbios, de modo que possa lhes conferir um discurso patologizante acerca de sua vivência no mundo.

Por mais que os documentos oficiais, ancorados no discurso médico, possam reproduzir a concepção patologizante, no campo da ética do discurso sabemos que as experiências e vivências de pessoas trans são muito mais fundamentadas em concepções identitárias de ação cultural e social próprias do que no conjunto de entendimento médico. As implicações dessa “verdade” sobre a identidade da pessoa Trans são extremamente danosas e violentas, geram um sequestro da vida.

Assim, as questões inerentes às transidentidades podem ser problematizadas e enfatizadas não como exposição ou evidência, mas como questões que implicam inclusão e visibilidade, no campo de uma discussão sobre a ética do discurso, pois as estruturas sociais e capitalistas do mercado já as excluem cotidianamente. Em resumo, as subjetividades trans podem

ser entendidas pelo viés da identidade, da educação, do serviço social, da psicologia social, da linguística aplicada, da análise do discurso, do direito, da saúde coletiva, da humanização no sistema de saúde e por várias áreas epistemológicas que produzem o conhecimento. O que eu posso dizer sobre o outro lhe afeta na perspectiva do diálogo bakhtiniano, já que eu me constituo na cadeia discursiva da interação com meu outro, num processo de alteridade.

Com o intuito de tentar responder às questões apresentadas no início desta seção, iniciamos a resposta com um trecho de Vergueiro (2015, p. 79), quando esse diz que “os enfrentamentos às cisheteronormatividades devem estar atravessados por saberes já produzidos”. Em outras palavras, entendemos o que a autora questiona acerca das imposições sugeridas pelo sistema heteronormativo às pessoas trans, quer dizer que o enfrentamento, assim como a resistência, é constante ao pensamento hegemônico heteronormativo, pois os saberes já produzidos dizem respeito às vivências prejudicadas que muitos/as heterossexuais não saberiam como lidar.

Portanto, o não pertencimento ao “cistema” é, por um lado, justamente um caráter político e social, haja vista as demandas diárias que uma pessoa trans e travesti têm de atravessar todos os dias para sobreviver e; por outro lado, implica em uma constante relação de vida – quer dizer: não ser doente mentalmente – como ressaltam os documentos oficiais (DSM-4, CID-10 e SOC).

Dessa forma, podemos pensar também que os saberes médicos, por entenderem a dinâmica das transidentidades, assim como as diversas experiências postas no dia a dia, podem desconhecer as questões particulares dessa população. Afinal de contas, as transidentidades precisam de entendimento de todos os setores da sociedade, porém, em alguns casos são negados os direitos.

A segunda questão é mais ainda problemática porque trata acerca do não reconhecimento das transidentidades por alguns órgãos de atendimento à saúde e à prevenção, isto é, estamos reconhecendo a ineficácia de um sistema que poderia realizar atendimentos às pessoas trans e travestis, porém não o fazem por conta da falta de experiência, o que gera problemas no acolhimento humano. Estamos falando de atendimento básico de saúde, ou como bem enfatiza Jesus (2018), de “condições mínimas de realização e promoção de vidas trans”.

As condições mínimas para realização e promoção de vidas trans e de travestis consistem, necessariamente, não em comportamentos muito além do básico à vida, mas em atendimentos que promovam à saúde de corpos marginalizados e, conseqüentemente, esquecidos pela/na sociedade. Jesus (2016; 2018) constrói argumentos acerca das questões coletivas vivenciadas pelas pessoas trans, discorrendo que o sistema de saúde ainda não se encontra preparado para atender as demandas das pessoas transgêneras.

De acordo com Jesus (2016; 2018) e Vergueiro (2015), a presença de pessoas trans e travesti no sistema de saúde, de alguma maneira, ainda causa desconforto, levando em consideração que, pela dimensão da ética discursiva, comumente já são corpos lidos como doença, devido a fossilização de sentidos e a falta de uma ação leitora de mundo. Dessa forma, a resistência ao atendimento ou mesmo a tentativa de controle desses corpos é uma prática recorrente por parte dos/as profissionais da saúde. Esses corpos são lidos como “extensão palpável do projeto colonial europeu, cinicamente cristão, violentamente esbranquiçador, e comprometido com a regulação dos corpos e suas interações sexuais” (VERGUEIRO, 2015, p. 169).

A despatologização das TRANSidentidades representa, portanto, um processo não somente político e social, mas sobretudo uma constante afirmação de que identidades diferentes da norma e do “cistema” podem e devem transitar naturalmente entre os espaços e os setores da sociedade, como direito de estar e ser no mundo. Sendo assim, o discurso acerca da necessária despatologização precisa ser assumida em várias instâncias como garantia de reconhecimento e de debate pelos órgãos competentes, de modo que perfilhem que pessoas trans são reconhecíveis/identificáveis não pelo gênero biológico ao nascimento, mas sim ao gênero que lhe convir à sua identidade de gênero.

## Considerações Finais

A modernidade está sofrendo inúmeras transformações que condicionam vários comportamentos do sujeito, seja individual, seja coletivamente, de acordo com Santos (1993), prevalecendo o caráter dinâmico nas relações contemporâneas, sempre, no nosso entendimento, intermediado pela linguagem. Desse modo, compreendemos que, através da dinamicidade em que as relações de interação são desenvolvidas, a construção identitária do sujeito também é diversificada mediante às construções e os movimentos sociais contemporâneos e as dimensões ético-discursivas que as subjagam.

Imersos/as no contexto da modernidade, concebemos que a conjuntura TRANSfeminista nos estudos de gênero, raça e sexualidade está ganhando mais espaço, principalmente com nomes de ativistas (cis e trans) que contribuem significativamente para as frentes de direitos e deveres de uma população ainda não muito reconhecida pela/na sociedade. Assim, em conclusão, evidenciamos as perspectivas TRANSfeministas que estão em processo de ascensão nas pesquisas de gênero, raça e sexualidade, promovendo um conjunto de saberes e experiências que estão crescendo na academia, de modo que a resistência e a sobrevivência na luta por direitos estão cada vez mais em evidência. Demonstramos também a necessidade de uma postura de ação leitora de mundo para instituímos uma nova narrativa ético-discursiva sobre as TRANSidentidades, de maneira a promover a convivência humana sem violência, com mais respeito às decisões do/a outro/a de como ser e estar no mundo.

Os ativismos modernos – nomeamos aqui os acadêmicos e os movimentos sociais – que estão emergindo dos feminismos, em relação à luta por sobrevivência e reconhecimento discursivo das TRANSidentidades e travestis, ganham espaços e oportunidades de serem evidenciados.

Jesus (2010, 2014) defende um comportamento voltado para a margem, ou seja, um comportamento que esteja centrado impreterivelmente não no “centro”, mas que se volte para a margem como um conjunto de novas forças e novas demandas da contemporaneidade. Entendemos que isso possa ser feito como um movimento de ação leitora sobre o mundo, a partir de um olhar voltado para a margem em que as conjunturas ganham mais visibilidades e, conseqüentemente, desafiam novas constituições identitárias, pautadas no diálogo e na interação, numa perspectiva ético-discursiva dos sentidos, procurando a equidade de gênero.

## Referências

ALVES, H. **O que é cissexismo?** 2011. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>. Acesso em: 25 out. 2020.

BAGAGLI, B. P. **A diferença trans no gênero para além da patologização.** *Periódicus*, Salvador, n. 5, v. 1, p. 87-100, 2016.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal.** Tradução: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Pontes, 2003.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_; PELÚCIO, L. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas.** *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 569-581, 2012.

BORBA, R. **(Des)aprendendo a “ser”: trajetórias de socialização e performances narrativas no Processo Transexualizador.** 206p. Tese (Doutorado) – Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites do “sexo”.** In: LOURO, G. L. (org.) **O corpo edu-**

**cado:** pedagogias da sexualidade. 3 ed.; 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

COLLING, L. **Gênero, sexualidade e educação**. Salvador: UFBA. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências: Superintendência de Educação a Distância, 2018.

FABRÍCIO, B. F. **Implementação de mudanças no contexto educacional: discursos, identidades e narrativas em ação**, 2002, Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) no Departamento de Letras da PUC-Rio. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.) **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 45-65, 2006.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Sandra Netz – 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAS, M. T. A. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, M. T. A. *et al.* **Ciências Humanas e Pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, p. 26-38, 2002. (Coleção Questões de Nossa Época)

HALL, S. **Da diáspora: Identidade e mediações culturais**. Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, J. G. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. In: GALINKIN, A. L.; SANTOS, K. B. (orgs.) **Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares**, p. 80-89, 2010.

\_\_\_\_\_. **Gênero sem essencialismo: o feminismo transgênero como crítica do “sexo”**. Universitas Humanística, Bogotá, Colombia, 74, p. 241-257, 2014.

\_\_\_\_\_. As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades. In: COLLING, L. (org.) **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

\_\_\_\_\_. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (orgs.) **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

\_\_\_\_\_; ALVES, H. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. Revista Cronos (Natal. Impresso), v. 11, p. 8-19, 2012.

LUZ, L. S. F.; SOUTO MAIOR, R. C. **Reflexões sobre as construções identitárias de docentes de educação à distância a partir da análise linguístico-discursiva de interações no gênero consígnia**, DLCCV, João Pessoa, PB, v. 14, n. 2, p. 274-304, 2018.

MARCHEZAN, R. C. Diálogo In: BRAIT, B. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOITA LOPES, L. P. **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. **Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes: sexualidades,**

ética e política. Niterói, n. 27, p. 33-50, 2. sem. 2009.

OLIVEIRA, M. R. G. **O diabo em forme de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.** 2017. 192f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, UFPR, Curitiba, 2017.

SANTOS, B. S. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira.** Tempo social, Revista Sociologia. São Paulo: USP, v. 5, n. 1-2, p. 31-52, 1993.

SILVA, Y. V. S. **A cisgeneridade e o complexo do “apesar de”.** Medium, 2019. Disponível em: <https://medium.com/@yunavitria/a-cisgeneridade-e-o-complexo-do-apesar-de-be41a1c72e51>. Acesso em: 28 out. 2020.

SILVA LIMA, H. S.; SOUTO MAIOR, R. C. Transexualidade: ele é ela ou ela é ele: In: SOUTO MAIOR, R. C. *et al.* **Estudos discursivos das práticas de linguagem.** v. 1, Tutóia, MA: Editora Diálogos, p. 562-578, 2020.

SOUTO MAIOR, R. C. Os saberes docentes e a constituição de ethos no PIBID/Letras: a construção de uma ética discursiva. In: FIGUEIREDO, F. J. Q.; SIMÕES, D. (orgs.) **Contribuições da Linguística Aplicada para a Educação Básica.** Pontes editora, 2018.

\_\_\_\_\_. **Ética discursiva em tempos sombrios: linguagem e sentidos.** In: SOUTO MAIOR, R. C. *et al.* Estudos discursivos das práticas de linguagem. v. 1, Tutóia, MA: Editora Diálogos, p. 18-37, 2020.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** (2015) Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia – Salvador.

Recebido em 16 de novembro de 2020.

Aceito em 13 de janeiro de 2021.